

Tembés denunciam omissão oficial

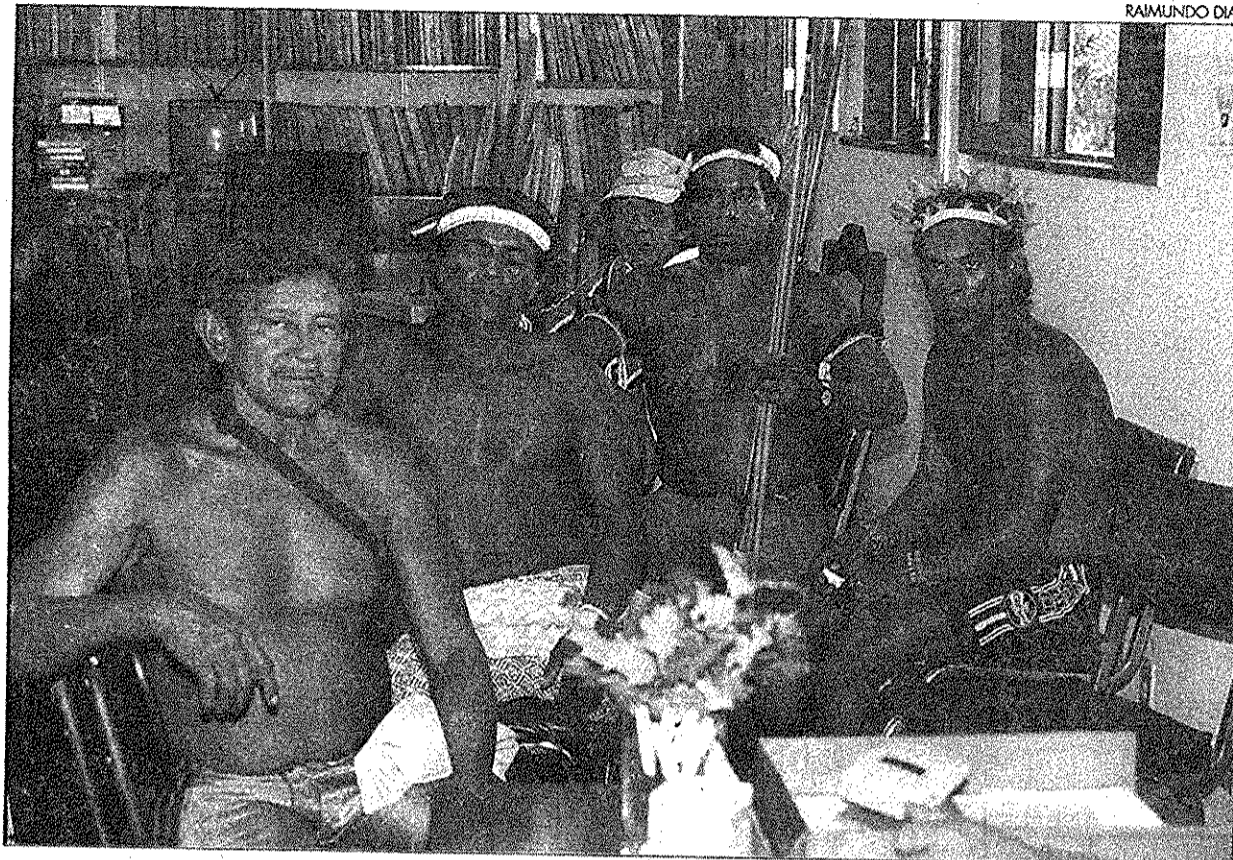
CARLOS MENDES ■ Para: Editoria de Atualidades

O cacique Sérgio Muti Tembé denuncia: grandes e pequenos madeireiros que há mais de 30 anos exploram a reserva florestal dos índios Tembés, no Alto Guamá, na região nordeste do Estado, já derrubaram cerca de 80% de toda a madeira existente na área. A reserva indígena tem cerca de 300 mil hectares. "Essa é a maior causa da revolta dos índios, porque nós denunciávamos, fomos à Justiça, mas ninguém teve força para fazer valer os nossos direitos", afirmou Muti. Ele também acusa políticos da região de estarem incentivando as invasões de suas terras para "ganhar votos". Hoje, os 1.200 índios Tembés convivem com mil famílias de "brancos" em suas terras.

Muti contou que as máquinas dos madeireiros e fazendeiros estão pondo no chão qualquer coisa parecida com árvores apenas com o objetivo de "ganhar dinheiro". O cacique disse que os Tembés sempre defenderam a preservação da área florestal como uma "herança para ser deixada às futuras gerações". Mas, segundo ele, nada disso foi respeitado. "Eles devastam tudo e ainda querem esmagar os índios", resumiu. Os Tembés acham que a Fundação Nacional do Índio (Funai), se quiser, resolve os problemas fundiários. "Queremos saber porque o atual presidente da Funai nada faz por nós".

Sumiram - Outra denúncia do cacique: cerca de mil toras de madeira, apreendidas mês passado na área pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sumiram do órgão. "Ouvimos falar que a madeira foi parar nas mãos de um fazendeiro", acrescentou Muti. O Ibama alega que a retirada de madeira fora da área indígena não caracteriza crime. "Isso revolta os índios", comentou Muti. E acrescentou: "Não deixamos que índio tire madeira e não queremos que ninguém tire".

As mesmas queixas dele e de outros caciques foram ouvidas na Procuradoria da República, em Belém, onde Tembés, Timbiras e Kaapor estiveram semana passada. O procurador Ubiratan Caseta explicou aos índios o andamento das ações para



▲ IMPACIÊNCIA - Tembés exigem que a Funai apresse a retirada de não índios da reserva do Alto Rio Guamá

retirada dos invasores, mas os Tembés entendem que tudo só será resolvido através de uma ação conjunta da Funai, Polícia Federal, Ibama, Inara e Polícia Militar. "O que acontecer de ruim lá dentro, agora, será de inteira responsabilidade desses órgãos".

A omissão das autoridades, acusa o cacique, está fazendo com que prospere na área o plantio de maconha, feito por invasores. "A Polícia Federal sabe disso e já andou por lá queimando várias plantações". O Ibama, segundo observação de Muti, está "totalmente perdido" na questão do cumprimento da lei ambiental. "Quando apreende a madeira, logo depois eles liberam tudo. E aí o pessoal volta a tirar mais madeira".

Punido - De acordo com o articulador fundiário dos Tembés junto à Funai, Clemente Tembé, o Kelé, as providências contra a retirada de madeira dos índios só serão tomadas quando estourar um conflito. Ele disse que os índios esperam as providências do Ibama, Inara e de todos os órgãos envolvidos na questão, mas

nunca são atendidos. "O Ibama, por exemplo, tem que dizer que rumo tomaram as mil toras apreendidas de madeireiros. Quem vendeu e quem comprou deve ser punido".

Sobre a demarcação da reserva, que vem sendo feita pelo Inara, Kelé disse que o órgão está "muito lento" e que não repassa informações aos índios sobre o que está acontecendo. "Se é para indenizar benfeitorias de invasores, que indenize logo e tire esse pessoal de lá". A conversa dos órgãos, critica Kelé, é de que não existem recursos disponíveis no orçamento. "Então, que o Ministério Público cobre os recursos do presidente da República", sugere.

Fritura - O administrador regional da Funai, Frederico Oliveira, tem o apoio dos índios pelo trabalho que vem realizando, apesar da completa falta de recursos. Ele se mostra disposto a encaminhar as reivindicações dos Tembés à direção do órgão em Brasília. Não se sabe se será atendido. Se for, estarão desfeitos os rumores de que Oliveira teria

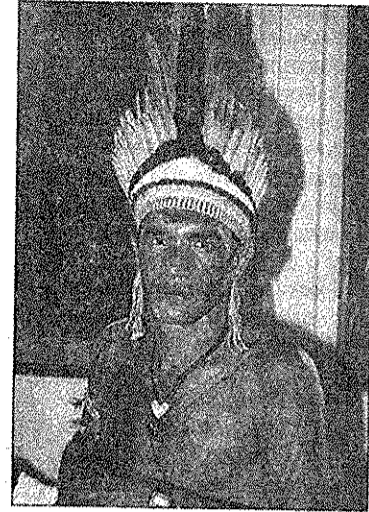
entrado desde junho passado num processo de fritura junto à presidência.

O motivo: a posição contrária de Oliveira à entrada e permanência de missionários da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) na reserva dos índios Zo'É, em Obidos. Oliveira e o sertanista Fiorello Parisi endossaram a postura do Ministério Público Federal, que conseguiu na Justiça proibir a entrada dos missionários. A direção nacional da Funai é simpática ao trabalho da MNTB. Oliveira teme que os Zo'É, um povo ainda primitivo, sejam prejudicados pelo contato com os missionários.

Mas o pior de tudo foi o corte brutal de recursos previstos à Funai no Pará em 98. Dos R\$ 3,5 milhões que deveriam ser liberados até o final do ano, apenas R\$ 300 mil pingaram em seus cofres. Oliveira, porém, justifica os cortes: "no Brasil toda a Funai fez isso e nós não poderíamos ser a exceção".

Prefeitura promete ajuda

Cerca de vinte indígenas das tribos Tembé, Kaapor e Timbira foram recebidos no último dia pelo prefeito Edmilson Rodrigues e pela diretora do Museu de Arte de Belém (Mabe), antropóloga Lúcia Hussak, no Palácio Antônio Lemos. Um projeto em favor da causa indígena foi anunciado durante a audiência: o Centro de Convivência Indígena será construído em Icoaraci, só aguardando a definição de local para ser erguido. Poderá ser no terreno próximo à Biblioteca Municipal Avertano Rocha ou em área a ser escolhida, próxima à Baía de Guajará.



▲ MOREIRA - Prefeitura abre espaço aos Tembés no Círio

A audiência foi marcada por descontração e muitas reivindicações. Os índios queriam que o prefeito intermediasse a cessação de verbas federais pela sede da Funai, em Brasília, e garantisse mais agilidade na questão fundiária, pois, segundo eles, as políticas oficiais até agora não lhes são favoráveis e acreditam que o prefeito possa intervir de alguma forma para ajudá-los. O prefeito argumentou da sua impossibilidade de fazê-lo devido aos seus limites de atuação, mas prometeu agir em outras causas.

O prefeito se mostrou disposto a firmar convênios com a Casa do Índio e a Associação Indígena Antapama para liberar recursos à aquisição de remédios e alimentos para os índios que se utilizam das duas entidades.

Os índios reclamaram da completa falta de políticas para incentivar o escoamento de sua produção artesanal e artística. Edmilson Rodrigues formalizou convite aos índios para tomarem parte no Projeto "João Teimoso", o arraial junino fora de época, que acontece durante os festejos do Círio de Nazaré e que já é um sucesso entre a população. Edmilson também prometeu engajar os indígenas na 2ª Feira do Círio, como alterna-

tiva para que eles possam vender o seu artesanato. A diretora do Mabe, Lúcia Hussak, explicou os limites orçamentários da PMB e disse que a cessação de verbas só é possível mediante convênios. Por isso, os índios já acertaram novo encontro com a prefeitura para agendar as parcerias.

Dizendo-se um "índio sem tribo", Edmilson se recordou da apresentação da mesma delegação no aniversário de Belém, no início de seu governo. Os Tembés executaram músicas e danças indígenas, fato que acabou contagiando a população presente, que se juntou aos índios para fazer parte do show.

Um dos cantores estava presente, o índio Moreira Tembé, o mais velho do grupo, cantou uma música na sua língua nativa em homenagem ao gestor municipal.

Os índios estavam acompanhados do presidente regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Frederico Oliveira. Também integrava a comissão, o indigenista Francisco Potiguar, chefe do posto indígena Canindé, na fronteira dos estados do Pará e Maranhão.

Invasão de reserva começou com missionários

Os Tembés nunca tiveram paz. Eles enfrentam hoje a ganância dos "brancos" e a cobiça de suas terras por empresas madeireiras com a mesma disposição que tiveram no passado para expulsar da área os invasores. Em outubro de 1861, há 137 anos, índios Tembés da aldeia Tracueteua, no Alto Gurupi, matam 9 pessoas que viajavam num regatão. Eles alegaram que os mortos estupravam mulheres índias e raptavam seus filhos.

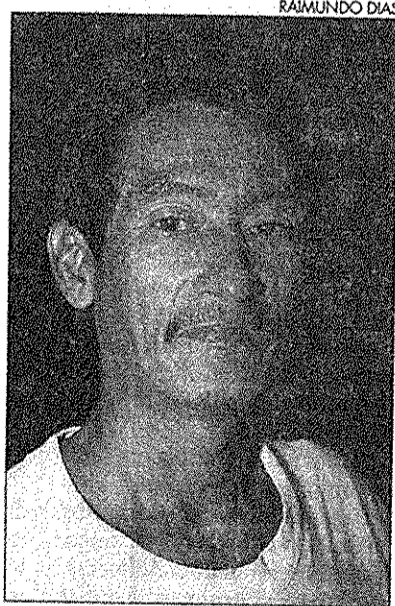
A polícia de Vizeu foi ao local, espancando vários Tembés e transferindo nove crianças índias encontradas na aldeia para a sede do município. Os índios adultos fugiram para a mata e a aldeia desapareceu, ressurgindo em outro local da região. Em 1871, missionários da Missão N. S. de Assunção chegam à

margem esquerda do rio Piria, onde reúnem entre 500 e 600 índios Tembés e Turiwara. Com as missões religiosas chegam também os "brancos" interessados em explorar os índios, comprando seus produtos a preços irrisórios. Começam os problemas de convivência entre raças, costumes e hábitos diferentes.

Invasor - Mas a necessidade de criação da reserva dos Tembés, tanto dos que vivem no Pará, como os do Maranhão, que habitam a região do Gurupi, foi mais sentida na década de 20, quando levas de nordestinos fugindo da seca migram para a Amazônia, iniciando o processo de ocupação do território tradicional dos índios. Capitão Poço, hoje uma uma próspera cidade próxima à área indígena, foi fundada em 1945, após ser doada para 15

colonos nordestinos. Os Tembés garantem que a área onde fica a cidade era um local tradicional de suas caçadas.

O extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que deu origem à Fundação Nacional do Índio (Funai), percebeu que a invasão dos nordestinos começava a ocupar importantes espaços físicos dos índios e passou a reivindicar dos governos estadual e federal porções de terras específicas para abrigar os Tembés. Não havia, no entanto, qualquer critério de ordem técnica ou antropológica para definir os limites das terras indígenas. Resultado: áreas doadas pelos governos deixaram importantes parcelas de terra para a sobrevivência física e cultural dos Tembés, como cemitérios, áreas de coleta, caça, pesca e lazer. (C. M)



▲ SÉRGIO - Devastação sem freio

Mais de meio século de luta pela terra

Os problemas fundiários nas terras dos Tembés remontam a 1945, quando o então interventor no Estado, o general Magalhães Barata, assinou um decreto, reservando para os índios das tribos Tembés, Timbiras, Urubu e Guajá uma faixa de terra à margem direita do rio Guamá e esquerda do rio Gurupi.

Naquela época, os Tembés formavam três grupos, que viviam nos rios Acará-Mirim, na margem esquerda do rio Guamá e na margem direita do Gurupi. Esses índios não mantinham qualquer relacionamento físico ou cultural entre si. Com a reserva concedida aos índios por Barata, vários grupos de Tembés foram transferidos de uma margem para outra do rio Guamá.

O antigo SPI pagava aos índios um salário para eles trabalharem suas roças e na abertura de uma estrada que ligaria o rio Guamá ao rio

Gurupi. Nas décadas de 40 e 50, as atividades de caça e pesca sofreram uma grande queda na região, devido à presença de caçadores de pele e madeireiros. O peixe, para os índios, já era também escasso, pois o rio estava poluído por carcaças de gado.

Nos anos 60, a situação começou a se agravar, com a chegada da região das grandes empresas. Uma delas apareceu com uma documentação de cartórios, afirmando que na área doada pelo governador Barata aos Tembés existiam muitas terras particulares. A Gleba Cidapar, cujas origens remontam aos tempos do império e englobavam várias fazendas que, juntas, somariam 387.355 hectares.

Desse total, cerca de 127 mil hectares da Cidapar estariam dentro da área indígena. O caso estourou como uma bomba entre os Tembés. As terras da Cidapar foram negociadas vá-

rias vezes no decorrer dos anos, sendo finalmente vendidas para a empresa norte-americana South American Garden, que registrou várias glebas e tinha a intenção de explorar ouro nos garimpos da região.

O projeto dos americanos faliu. Para pagar as indenizações trabalhistas, a Justiça do Trabalho levou 109 mil hectares de terras à leilão. Quem arrematou foi o fazendeiro Moacir Ferreira, em 1964. A partir dos anos 70, com o SPI extinto, os Tembés tiveram seu posto fechado e voltaram às suas atividades de subsistência, passando a trabalhar em áreas degradadas e ocupadas por novos colonizadores.

Eram os tempos da construção de rodovias como Pará-Maranhão e Bragança Vizeu. As terras dos Tembés passaram a ser invadidas por colonos e madeireiros. Um processo que se intensificou nos dias de hoje. (C. M)